



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8969 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**PRIVATIZAÇÃO DE POLÍTICAS: IMPLICAÇÕES PARA A EJA NO ES.**

Ivan Cardoso Oliosé - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

### **PRIVATIZAÇÃO DE POLÍTICAS: IMPLICAÇÕES PARA A EJA NO ES.**

**Resumo:** Este trabalho apresenta fragmentos de uma pesquisa de mestrado que visou a compreender o processo de privatizações de políticas na política educacional no ES e suas implicações para a EJA entre 2015-2018. A natureza do estudo exigiu uma teorização combinada, abordando os conceitos: Estado, globalização, relação público-privada (ROBERTSON, DALE, 2008), passando pela Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), em diálogo com as tensões de uma sociedade em transição (FREIRE, 1987). A abordagem metodológica envolveu a análise documental, a etnografia de redes, os microdados do INEP e os da plataforma da UFPR. Os resultados mostraram que os Organismos Internacionais, Estado e o setor privado, influenciaram a reconfiguração da EJA em prol da política visando aos índices educacionais. Porém, a elevação desses índices não significou melhoria educacional, pelo contrário, envolveu uma série de exclusões, bem como a reconfiguração da modalidade.

**Palavras-chaves: EJA. Estado. Política educacional. Privatizações.**

Este trabalho apresenta fragmentos investigativos de uma pesquisa de mestrado concluída, cujo propósito foi compreender as implicações do processo de privatizações da política educacional no estado do ES para a EJA, delimitando-a de 2015 a 2018. Consideramos para tal, a dialética entre o contexto global/local, a política que privilegia a economia, estabelecida para a Educação capixaba e os processos de privatizações, como principais influenciadores da reconfiguração da EJA, o que caracterizamos como um desmantelamento.

Ao longo da pesquisa, tomamos a globalização como uma categoria de análise (ROBERTSON, DALE, 2008), problematizando-a em relação às Organizações Internacionais (OIs) e à educação. Para Robertson e Dale, os processos associados à globalização são fenômenos não exclusivamente externos, mas ocorrem nos limites internos, pela elaboração de políticas que supervalorizam questões globais e negligenciam as demandas locais. Logo, globalização + educação identifica uma mudança de paradigma que altera os Estados Nacionais e modifica sistemas educativos (DALE, 2004). A política educacional torna-se limitada por forças supranacionais e político-econômicas nacionais, vias por onde a globalização entra.

As ações dessas forças reestruturam o Estado rumo a uma Nova Gestão Pública,

estabelecida por arranjos público-privados para cumprir os propósitos de uma agenda global que legitima, na educação, as mudanças econômicas mundiais. Esse contexto torna a dicotomia público/privada insuficiente para a compreensão das complexidades envolvendo as novas formas de governança. Assim, Dale, (1994, p. 110) alerta: “Não é tanto uma deslocação direta do público para o privado, mas um conjunto mais complexo de mudanças nos mecanismos institucionais através dos quais são regulados os que continuam a ser, essencialmente, sistemas educativos estatais”.

Tais mudanças podem ser pensadas como uma transição que, segundo Freire, 1987, p. 65, se caracteriza por contradições simbólicas, envolvendo “valores em busca de afirmação” e “em busca de preservação” Concentramos nos primeiros, entendendo que o Estado se fortalece ao se tornar um com o setor privado, e essa união se propõe a afirmar determinados valores.

As intenções ficam claras nos discursos oficiais, assim como mostrou a primeira etapa da pesquisa, na qual levantamos documentos. Por conta do espaço, focamos no Programa de Governo 2015-2018, pois confirma algumas mudanças de paradigmas:

### **Quadro1:** Novos paradigmas d governança no ES

<b>ANTES</b>	<b>AGORA</b>
Gestão democrática	Gestão meritocrática
Foco no processo	Foco no resultado
Estado = Política Social	Sociocapitalismo
Educação para o local	Educação para o global
Estado = executor de políticas	Estado = Promotor de políticas

Elaborado pelo autor (2021). Fonte: Programa de governo, ES (2014).

O documento faz intertextualidades (FAIRCLOUGH, 2001) com as OIs, especialmente, com o Banco Mundial (BM), ao enfatizar a má qualidade dos serviços públicos, propor a descentralização como solução para o desenvolvimento; articular com o discurso do empreendedorismo. Esses discursos indicam o esvaziamento de temas e a emersão de novos significados (FREIRE, 1987), propagados por meio do Estado (ROBERTSON, DALE, 2008), resultado que se confirmou na análise de outros documentos.

Para entender a complexidade dessa governança, a segunda etapa exigiu caminhar pela etnografia de redes (BALL, 2014), o que envolveu pesquisa em *blogs*, *sites*, redes sociais e vídeos, etc, para cruzar as informações achadas sobre as empresas, com os discursos dos documentos. Observamos as relações, que segundo Peroni (2020) representam sujeitos’ articulados em interesses comuns, formando uma rede da governança relacionada à EJA, com ações relativas ao mandato educacional no ES. Um exemplo foi o instituto Sonho Grande, parceiro da ONG ES em Ação, cujos membros participaram na elaboração dos planos governamentais para o ES.

Também encontramos redes complexas, que se organizam em novas *networks*. Tomemos a articulação entre a Educadigital, Telefónica e Natura. As três se conectam, através de profissionais que as permeiam e por meio de materiais produzidos em conjunto, tal como o Currículo Interativo Digital (CID), ofertado para a EJA no ES. O CID apresenta possibilidades de ensino fora da escola, fortalecendo a educação distanciada, ‘flexível’ nos tempos e nos espaços, diminuindo a educação como um processo relacional e político. Ao mesmo tempo, cada um desses sujeitos formam novas redes conectivas com outros que, se não estão associados diretamente à EJA estadual, estabelecem conexões com o ES, através de parcerias firmadas com a educação pública, principalmente, na implantação do Ensino Médio Inovador (EMI), caso da Fundação Lemann, do Unibanco, da Sonho Grande e da Fundação Roberto Marinho.

No caso da EJA no ES, encontramos conexões diretas e indiretas, dos institutos nacionais com organizações globais, tais como o Instituto Liberal, o Instituto Milenium, a Organização do Comércio e do Desenvolvimento Econômico (OCDE), conectando os processos locais aos globais. Essas combinações, que se desdobram, representam novos modos de financiar e regular a educação pública, promovendo um verdadeiro mercado educacional (DALE, 1994) que rompe com o aspecto binário da globalização (DALE, 2008).

Para compreender as implicações dessa governança no desmantelamento da EJA, na etapa subsequente, averiguamos os dados do INEP referentes à EJA (2015-2018) e as informações sobre o censo escolar, disponíveis no Laboratório de Dados Educacionais da UFPR (2021). No total, constatamos a redução na oferta da EJA, considerando o total de turmas e de turnos encerrados, especialmente, onde as escolas de ensino regular foram reformadas para atender o EMI. Porém e, para além disso, os resultados evidenciaram que o desmantelamento não se restringiu aos fechamentos, mas à reconfiguração da modalidade e à reorganização da sua oferta (novas aberturas de vagas) que, compreendidas no aspecto macro, resultaram das influências do BM, da OCDE, e das políticas propostas por diversas instituições privadas retratadas na rede de sujeitos conectados à educação no ES.

O financiamento do BM possibilitou inovações e mudanças estruturais nas escolas que passaram a ofertar o EMI. Com esse modelo, observamos que o Estado empreendeu mudanças de modo a garantir a elevação dos índices do Ensino Médio, seguindo os indicativos da OCDE e do IDEB para qualidade educacional. O primeiro lugar, em 2017, foi justificado pelos sujeitos da governança, como fruto dos empreendimentos feitos no período 2015 a 2018 no ES. De fato, tais índices se relacionam ao processo de reformulação do ensino, mas, a pesquisa revelou que o alcance do primeiro lugar não significou a real melhoria educativa, já que a colocação implicou a expulsão de todos os estudantes matriculados na EJA (nas escolas do EMI) e dos alunos fora da idade série no ensino regular, como mostra o quadro:

**Tabela 1:** Número de estudantes antes e depois da implementação do EMI.

MUNICÍPIOS	ESCOLA DO ENSINO MÉDIO INOVADOR	NÚMERO TOTAL DE ESTUDANTES				VAGAS
		2015	2016	2017	2018	
Afonso Cláudio	Afonso Cláudio	1.167	1.085*	276*	269	640
Alegre	Aristeu Aguiar	1.085	929	703*	403*	655
B.deS. Francisco	João XXIII	907	763	637*	424*	640
C. de Itapemirim	Francisco C. Avila Jr	885*	431*	500	574	640
Cariacica	Pres. Castelo Branco	1.001	1021*	438*	357	490
	José Leão Nunes	1008	1072	1077*	427*	600
	Maria Penedo	904	960	779*	295*	600
Ecoporanga	Daniel Comboni	828*	426*	375	395	640
Guaçuí	Miguel de Sanctis	997	1023*	369*	284	560
Itapemirim	Washington Meireles	1228	1086	933*	400*	640
Iúna	Henrique Coutinho	960	947*	486*	490	600
Linhares	Bartouvino Costa	1038	1350*	581*	484	625
Mimoso do Sul	Antônio Acha	547	599	619*	269*	650
Montanha	Elpídio C. de Oliveira	436	478*	368*	310	570
Muniz Freire	Braulio Franco	587*	403*	338	290	570
Pedro Canário	Manoel Duarte Cunha	632	623*	353*	294	480
São G.da Palha	São Gabriel da Palha	908	887	878*	251*	700
São Mateus	Marita Motta Santos	1063	1275*	550*	469	650
Vila Velha	Galdino A. Vieira	594	491	390*	236*	550
	Assisolina A. de Andrade	968	758*	400*	515	640
	Profª Maura Abaurre	411	559*	181*	342	480

Legenda: \*ano anterior e o ano de implantação do EMI.

Elaboração do autor. Fonte: Laboratório de Microdados Educacionais da UFPR (2021).

Os dados indicam os desdobramentos da política privatizante, fortemente influenciada pelas OIs na EJA capixaba. Como essas organizações focam no resultado, a expulsão desses estudantes não foi questionada por essa governança, tampouco indagaram os meios criados pelo Estado para tentar amenizar tais expulsões: a criação de 7 núcleos de EJA Digital, totalizando 11 unidades de atendimento a distância; a mudança da oferta da EJA presencial para semipresencial; a instalação desses novos núcleos e a abertura de vagas na EJA perto das escolas de EMI, onde as expulsões ocorreram.

Esses movimentos compreendem a reprodução de um processo de exclusão semelhante ao promovido pela globalização econômica no âmbito dos Estados-nações através de forças político-econômicas dentro das fronteiras subnacionais do estado. Tal processo fragmentou o sistema de ensino, punindo os estudantes para o alcance dos resultados esperados por um sistema de governança em conjugação com agentes internacionais, que pensam de modo semelhante aos processos excludentes globais.

Essa política tende a criar novas desigualdades, como Dale e Gandin (2014) afirmam sobre sistemas fragmentados, bem como promove o esvaziamento de temas políticos. Esse esvaziamento alerta para o perigo da naturalização dos processos antidemocráticos, que ocorreram na EJA capixaba e, posteriormente, têm ascendido no Brasil. Se o esgotamento de temas indica transição, e transição significa passagem de um ponto a outro, o que teríamos no outro ponto se a difusão dos novos ideais fosse garantida na fluidez da história? Felizmente, a história sendo feita por seres humanos, pode-se alterar o padrão, à medida que os conflitos e as lutas contrapõem os modelos pré-definidos no seio dos poderosos.

### **Considerações finais**

O estudo evidenciou, através de alguns elementos, a compreensão dos caminhos políticos estabelecidos para a EJA no ES. Explicitamos como a dinâmica global/local e a difusão de políticas definidas no âmbito das OIs e do setor privado influenciaram a política para a EJA. Diante das evidências analisadas, a lógica de reorganização da modalidade e da oferta da EJA caracterizaram o desmantelamento, uma vez que as mudanças e implementações foram pensadas para abarcar os estudantes expulsos das unidades transformadas em EMI, resultante de uma política que se volta completamente para os índices. Nesse sentido, as melhorias expressas nos números não são verdadeiras, já que as alterações na modalidade, além de tender a criar mais desigualdades, podem agravar as discrepâncias existentes. Além disso, sugerem a consolidação de valores que põem em risco sociedades com valores democráticos. O próprio Estado, em articulação com o poder privado, mais forte e subjugado às OIs, torna-se agente dessa promoção.

**REFERÊNCIAS**

BALL, S. J.; *Educação S. A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, n. 12, p. 109-139, 1994.

\_\_\_\_\_. GANDIN, L. A. Estado, globalização, justiça social e educação: reflexões contemporâneas de Roger Dale. *Currículo sem Fronteiras*, v. 14, n. 2, p. 5-16, maio/ago. 2014.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FREIRE. P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

PERONI, V. M. V. O pacto federativo, financiamento e privatização da educação básica na pandemia. In: *XII Seminário Regional Sudeste da ANPAE / IV Seminário Federalismo e Políticas Educacionais Educação na Pandemia - Dilemas da democracia e o direito à educação*. 1 vídeo (3h11min30seg). Publicado pelo canal Webconferência SEAD – UFES. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=usmyWxP\\_CrM&ab\\_channel=Webconfer%C3%AanciaSEAD-UFES](https://www.youtube.com/watch?v=usmyWxP_CrM&ab_channel=Webconfer%C3%AanciaSEAD-UFES). Acesso em: 22 set. 2020.

ROBERTSON, S. L.; DALE, R. 'Researching Education in a Globalising Era: Beyond Methodological Nationalism, Methodological Statism, Methodological Educationism and Spatial Fetishism'. *Centre for Globalisation, Education and Societies*. Bristol: Universidade de Bristol, 2008.